

BANCO AGRIMISA O SEU BANCO PARTICULAR

Marcílio prevê queda da inflação em julho

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, fez questão de levar todo o comando do Ministério, ontem ao presidente Fernando Collor, em despacho no Palácio do Planalto, para lhe comunicar, com base em dados conjunturais, que a economia está se reativando, embora lentamente, devendo crescer entre dois e três por cento este ano, e que a inflação voltará a cair a partir deste mês.

Juntamente com o secretário-executivo Luiz Antonio Gonçalves e os secretários de Política Econômica, Roberto Macedo, e de Economia, Dorothea Werneck, Marcílio entregou a Collor o texto final da Comissão de Reforma Fiscal, que será enviado ao Congresso até o próximo dia 14, e também os textos do acordo firmado quarta-feira entre Governo, indústria automobilística e sindicatos e metalúrgicos.

Dorothea Werneck anunciou para o final de julho, possivelmente em São Paulo, o seminário entre Governo, empresários e trabalhadores que acabou cance-

lado, mês passado, pelas remarcações de preços em vários setores. O tema do seminário, que originalmente seria as câmaras setoriais, foi ampliado, e o encontro, segundo ela, irá discutir as bases para o desenvolvimento do País.

Usando estudos de Macedo e do economista Cláudio Contador, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a equipe da Economia disse ao Presidente haver uma tendência de recuperação da atividade econômica não mais até setembro/outubro próximo, como previa inicialmente Contador, mas, no mínimo, até o primeiro trimestre de 1993.

Recuperação — O estudo de Contador, um dos maiores especialistas em ciclos econômicos, cujo desempenho público trimestralmente, abrange 19 setores industriais, como alimentos, têxtil, fumo, material de transporte, e todos eles, sem exceção, mostram uma clara recuperação da economia.

O secretário de Política Econômica explicou, após o despa-

cho, que a recuperação da economia está sendo bastante impulsionada pela safra agrícola e pelo crescimento das exportações, mas há ainda, segundo ele, outros fatores favoráveis, como indicadores recentes do IBGE sobre consumo de energia elétrica e de cimento e o aumento da produção automobilística pelo acordo entre o setor, o Governo e os metalúrgicos. "Tudo indica que a tendência de recuperação se mantém", disse.

Embora reconhecendo continuar elevado o nível de desemprego no setor formal da economia, especialmente na indústria, Roberto Macedo frisou ser preciso ponderar, nestas estatísticas, alguns elementos, como o aumento da produtividade no segmento industrial, inclusive para enfrentar a concorrência das importações, e o fenômeno da chamada "terceirização", em que a indústria passa a recorrer ao setor de serviços na execução de algumas de suas atividades.

Comportamento — O ministro da Economia declarou não

existir nenhuma razão para que, como ocorreu entre novembro e abril últimos, a inflação não volte a declinar a partir deste mês. "A inflação mostrou, em junho, um comportamento estável. Vamos redobrar nossos esforços para que, a partir de julho, recomece a tendência declinante que caracterizou a série de novembro a abril. O reforço da política fiscal, que já ocorreu a partir de maio e se acentuou em junho, e a continuada política monetária rigorosamente austera certamente assegurarão isso", afirmou.

O ministro da Economia ressaltou que o acordo da indústria automobilística visa reativar a economia a partir do setor privado. "A retomada da atividade pelo setor privado não tem nenhuma pressão inflacionária porque, quem pressiona a inflação é a clássica retomada Keynesiana, através do empurrão do setor público", frisou o ministro da Economia, que também se mostra bastante confiante nos resultados das negociações da dívida externa brasileira.

IVALDO CAVALCANTI



Marcílio acredita que a recuperação econômica já começou

Leia a íntegra da entrevista do ministro:

Ministro: O Senhor Presidente da República (...), quando eu (...) de levar para ele, já às 10h da noite, para anunciar o fechamento do acordo com a indústria automobilista, a vigor (...) dezembro próximo, também o fato de que no final da tarde tinha sido entregue a mim, pela Comissão da Reforma Fiscal, o estudo agora já finalizado por eles, sobre essa reforma. Ele me pediu que viesse aqui, com membros da equipe do Ministério da Economia, para expor a ele esses documentos, que lhe foram entregues oficialmente, e para que também o dr. Luiz Antônio, a professora Dorothea Werneck, e o professor Roberto Macedo, pudesse expor esses assuntos com mais detalhes.

Como as senhoras e senhores sabem, a assinatura, há poucos meses, do acordo com a indústria automobilística, foi uma espécie de divisor de águas, pois o acordo reuniu, numa só mesa, em torno de uma só vontade, montadoras, distribuidoras, revendedoras, sindicatos, e esse consenso ainda foi ampliado mais desta vez, reunindo sete sindicatos de diversas tendências, e ainda mais uma associação de classe, que foi a Abicon, de modo que é um acordo muito significativo. Ele vive, como já disse, até 31 de dezembro, de modo que dá ao empresário, ao consumidor, ao trabalhador, um horizonte de trabalho muito positivo.

Isso vem já, hoje em dia, sendo responsável por uma retomada muita significativa da indústria automobilística, com um aumento da sua produção e da sua exportação também. Os dois fatos são muito alvissareiros. Portanto, esse acordo, mais uma vez, se torna um paradigma das ações que estamos procurando empreender. De um lado a busca de uma economia social de mercado, e de outro, também, a busca sempre que possível, de uma coordenação de expectativas, uma coordenação de vontades, para avançar essa busca de um lado da estabilidade, uma vez que esse acordo tem garantido uma diminuição em relação a março, dos preços dos automóveis, em termos de dólar, em cerca de 30 por cento, portanto, tornando-os mais acessíveis aos consumidores e, com isso, isto aqui, tem permitido o aumento da produção e do seu escoamento, como também tem permitido o aumento da atividade de emprego. Enfim, é uma conciliação extremamente inteligente, imaginativa, entre combate à inflação e aumento da atividade econômica. Aliás, eu voltarei a esse tema ainda daqui a pouco.

O segundo documento, entregue ao senhor presidente da República, foi o projeto, como eu disse agora, do ponto de vista da comissão definitiva, da reforma fiscal, com todos os documentos que apoiam o documento principal, cujo fulcro é uma substitutiva à emenda constitucional. E esse documento o senhor presidente da República fez encaminhar agora às instâncias jurídicas do Governo, para uma revisão final, para entrega ao Congresso, através do relator da comissão que está estudando este assunto, o deputado Benito Garça, até o dia 14 de julho, portanto 14 corrente.

Esses dois documentos me parecem, como eu já disse, são emblemáticos da tradição do Governo, e também do fato de que as atividades econômicas fluem normalmente e não são afetadas por fatores exógenos, que têm perturbado a vida política do País, nas últimas semanas.

Também tivemos ocasião, a partir desses dois documentos, de, com dados trazidos pelo professor Roberto Macedo, e outros que nos vêm à mão como o estudo do professor Cláudio Contador, como os senhores sabem, é um professor catedrático, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que publica trimestralmente a série mais completa de indicadores antecedentes, nós tivemos ocasião de fazer uma avaliação da conjuntura econômica.

Inflação — Ali fica claro que, do ponto de vista da inflação, ela em junho mostrou um comportamento de estabilidade, quer dizer, não houve nem aumento nem diminuição, de modo que vamos, a partir de agora, redobrar os nossos esforços para que a partir de julho recomece a tendência declinante, que caracterizou a

"Embora haja aumento da taxa de desemprego, tem acontecido que o emprego do setor informal, apesar disso, vem crescendo".

tram, pelos sinais antecedentes, e ele tem uma série que vem de 80 para cá, que mostra uma enorme aderência entre sinais antecedentes e verificados, mostra uma recuperação da economia, não mais até setembro/outubro, como eram suas previsões iniciais, mas indo no mínimo até o primeiro trimestre de 1993.

De modo que nós nos encontramos nesse estágio, como eu já disse, da inflação, que caiu muito, se estabilizou ou pouco e vai continuar a cair, e de moderada recuperação econômica. Agora, essa recuperação econômica não nos preocupa, do ponto de vista de qualquer pressão inflacionária, porque ela ocorre num momento em que há uma capacidade muito grande ociosa, da indústria de um lado, também do ponto de vista do trabalho.

E através de ações como essa da indústria automobilística, pode-se, perfeitamente, compatibilizar ao contrário, reforçar a queda da inflação, porque usando-se a capacidade instalada sem aumento de investimentos, e com um aumento não considerável em outros fatores, conseguiremos ganhos de escala e, portanto, até a possibilidade de quedas de preços unitários.

Então, o que é muito importante ressaltar é que esse acordo da indústria automobilística, que foi viabilizado inclusive pelas medidas tomadas antecidentes, com a nova regulamentação dos consórcios, com o descontingenciamento do crédito ao consumidor. Eles visam a que a economia seja retomada, a partir do setor privado. E sendo retomada a partir do setor privado, ela não tem nenhum pressão inflacionária, porque a retomada, a clássica retomada (...), através de empurrão, digamos assim, do setor público, é que traz as pressões inflacionárias, mas não numa situação como essa.

De modo que a nossa política, ela não é uma política recessiva para a economia e a sociedade como tal, ela procura ser uma política recessiva em cima do setor público. Por quê? Porque o setor público estava inchado, estava hipertrofiado, e esse sim, merece receder, quer dizer, merece diminuir em tamanho, para que diminuindo em tamanho até se fortele-

"O acordo com a indústria automobilística foi uma espécie de divisor de águas e este consenso foi ampliado".

tao de descontingenciamento e a redução do IOC, o Imposto sobre Operação de Crédito, isso vai ter, de fato, resultado positivo.

O efeito que isso tem sobre a inflação, se eu entendo a sua preocupação, o ministro já enfatizou, nós estamos tratando de um momento na economia brasileira, onde você tem capacidade instalada e a produção abaixo dessa capacidade, ou seja, você tem capacidade ociosa.

Então esse estímulo ou aumento de consumo, ele certamente será correspondido pelo aumento da produção, sem que sejam necessários novos

investimentos, que levariam mais tempo para entrar em produção. Então nós temos capacidade na economia, para corresponder a esse aumento de consumo.

A questão do efeito...

Jornalista: Ainda neste ponto, quer dizer, a maior produção causaria a redução do preço unitário...

Dorothea: Exatamente, expansão de escala significa redução do custo médio pela distribuição do custo fixo, e isso significará, certamente, menor preço para colocar no mercado.

Ministro: O professor Macedo também tem alguns esclarecimentos, relativo ao que eu falei aqui.

Macedo: Eu gostaria de falar um pouco sobre essa questão do estágio da conjuntura econômica, como o ministro afirmou. Nós temos uma situação em que há uma recuperação da economia, e temos dúvidas quanto a isso. Ela é muito impulsivada pela safra agrícola, pelo crescimento das exportações, e há uma série de análises que mostram que há uma perspectiva, inclusive, do crescimento do PIB, este ano, de cerca de dois por cento pode alcançar até três por cento dependendo do que pode acontecer daqui para o final de ano.

Jornalista: O senhor falou que a partir de junho houve um declínio da inflação, não é?

Ministro: De novembro até abril, não é?

Jornalista: (...) Então seriam duas perguntas. O senhor disse que poderia tomar medidas políticas, para reduzir a inflação...

Ministro: Não, medidas políticas não.

Jornalista: ... medidas fiscais mais rigorosas.

Ministro: Medidas político-económicas.

Jornalista: Medidas político-económicas. Sim. Que medidas seriam essas e que medidas de ajuste que o senhor citou também que poderiam ser tomadas quando necessárias, e como essas medidas que foram tomadas como crédito ao consumidor, o acordo com a indústria automobilística, a volta de novos consórcios, com as taxas de juros elevadas, que os empresários dizem que não haverá uma retomada da economia. Naquele café da manhã eles falaram que não haveria uma volta ao consumo, devido às taxas de juros. Eu gostaria que o senhor explicasse um pouquinho

o que o senhor já tem feito.

Ministro: De novembro até abril, não é?

Jornalista: (...) Então seriam duas perguntas. O senhor disse que poderia tomar medidas políticas, para reduzir a inflação...

Ministro: Não, medidas políticas não.

Jornalista: ... medidas fiscais mais rigorosas.

Ministro: Medidas político-económicas.

Jornalista: Medidas político-económicas. Sim. Que medidas seriam essas e que medidas de ajuste que o senhor citou também que poderiam ser tomadas quando necessárias, e como essas medidas que foram tomadas como crédito ao consumidor, o acordo com a indústria automobilística, a volta de novos consórcios, com as taxas de juros elevadas, que os empresários dizem que não haverá uma retomada da economia. Naquele café da manhã eles falaram que não haveria uma volta ao consumo, devido às taxas de juros. Eu gostaria que o senhor explicasse um pouquinho

o que o senhor já tem feito.

Ministro: De novembro até abril, não é?

Jornalista: (...) Então seriam duas perguntas. O senhor disse que poderia tomar medidas políticas, para reduzir a inflação...

Ministro: Não, medidas políticas não.

Jornalista: ... medidas fiscais mais rigorosas.

Ministro: Medidas político-económicas.

Jornalista: Medidas político-económicas. Sim. Que medidas seriam essas e que medidas de ajuste que o senhor citou também que poderiam ser tomadas quando necessárias, e como essas medidas que foram tomadas como crédito ao consumidor, o acordo com a indústria automobilística, a volta de novos consórcios, com as taxas de juros elevadas, que os empresários dizem que não haverá uma retomada da economia. Naquele café da manhã eles falaram que não haveria uma volta ao consumo, devido às taxas de juros. Eu gostaria que o senhor explicasse um pouquinho

o que o senhor já tem feito.

Ministro: De novembro até abril, não é?

Jornalista: (...) Então seriam duas perguntas. O senhor disse que poderia tomar medidas políticas, para reduzir a inflação...

Ministro: Não, medidas políticas não.

Jornalista: ... medidas fiscais mais rigorosas.

Ministro: Medidas político-económicas.

Jornalista: Medidas político-económicas. Sim. Que medidas seriam essas e que medidas de ajuste que o senhor citou também que poderiam ser tomadas quando necessárias, e como essas medidas que foram tomadas como crédito ao consumidor, o acordo com a indústria automobilística, a volta de novos consórcios, com as taxas de juros elevadas, que os empresários dizem que não haverá uma retomada da economia. Naquele café da manhã eles falaram que não haveria uma volta ao consumo, devido às taxas de juros. Eu gostaria que o senhor explicasse um pouquinho

o que o senhor já tem feito.

Ministro: De novembro até abril, não é?

Jornalista: (...) Então seriam duas perguntas. O senhor disse que poderia tomar medidas políticas, para reduzir a inflação...

Ministro: Não, medidas políticas não.

Jornalista: ... medidas fiscais mais rigorosas.

Ministro: Medidas político-económicas.

Jornalista: Medidas político-económicas. Sim. Que medidas seriam essas e que medidas de ajuste que o senhor citou também que poderiam ser tomadas quando necessárias, e como essas medidas que foram tomadas como crédito ao consumidor, o acordo com a indústria automobilística, a volta de novos consórcios, com as taxas de juros elevadas, que os empresários dizem que não haverá uma retomada da economia. Naquele café da manhã eles falaram que não haveria uma volta ao consumo, devido às taxas de juros. Eu gostaria que o senhor explicasse um pouquinho

o que o senhor já tem feito.

Ministro: De novembro até abril, não é?

Jornalista: (...) Então seriam duas perguntas. O senhor disse que poderia tomar medidas políticas, para reduzir a inflação...

Ministro: Não, medidas políticas não.

Jornalista: ... medidas fiscais mais rigorosas.

Ministro: Medidas político-económicas.

Jornalista: Medidas político-económicas. Sim. Que medidas seriam essas e que medidas de ajuste que o senhor citou também que poderiam ser tomadas quando necessárias, e como essas medidas que foram tomadas como crédito ao consumidor, o acordo com a indústria automobilística, a volta de novos consórcios, com as taxas de juros elevadas, que os empresários dizem que não haverá uma retomada da economia. Naquele café da manhã eles falaram que não haveria uma volta ao consumo, devido às taxas de juros. Eu gostaria que o senhor explicasse um pouquinho

o que o senhor já tem feito.

Ministro: De novembro até abril, não é?

Jornalista: (...) Então seriam duas perguntas. O senhor disse que poderia tomar medidas políticas, para reduzir a inflação...